

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Tropicália Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933/2021 de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tropicália Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933/2021 de 28 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria societária

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, com data de 28 de fevereiro de 2023, que continha opinião sem modificação.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933/2021 de 28 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações Contábeis Regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Diretoria da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

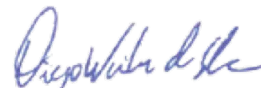
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		20	8	Fornecedores	13	1.444	9.830
Títulos e Valores Mobiliários	7	15.968	16.838	Impostos e contribuições a recolher		2.012	2.347
Concessionárias e Permissionárias	8	11.482	10.969	Dividendos	15d	24.988	-
Despesas antecipadas		19	1	Debêntures	14	12.973	10.355
Tributos Compensáveis		1.385	2.460	Outros passivos circulantes		1.130	622
Cauções vinculados	9	12.908	11.123	Encargos Setoriais		671	-
Outros ativos circulantes		405	31	Arrendamento imobiliário		109	583
		<u>42.187</u>	<u>41.430</u>			<u>43.327</u>	<u>23.737</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Cauções vinculados	9	16.294	13.843	Debêntures	14	540.448	513.253
Depósitos judiciais		514	-	Arrendamento imobiliário		466	-
Tributos diferidos	10	649	4.593			<u>540.914</u>	<u>513.253</u>
Outros ativos não circulantes		45	45	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO			
Imobilizado	11	509.642	523.221	Capital social	15a	58.000	58.000
Intangível	12	250	57	Reserva legal	15c	11.600	11.314
		<u>527.394</u>	<u>541.759</u>	Prejuízo acumulado		(99.403)	(76.855)
				Reserva especial	15e	6.490	53.740
				Reserva de incentivos fiscais		8.653	-
						<u>(14.660)</u>	<u>46.199</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>569.581</u>	<u>583.189</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>569.581</u>	<u>583.189</u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Líquidas	16	98.527	87.064
Custo sobre serviços prestados	17	(20.454)	(19.009)
Lucro bruto		<u>78.073</u>	<u>68.055</u>
Despesas Operacionais	18	(4.382)	(3.213)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>73.691</u>	<u>64.842</u>
Receita Financeira		3.543	574
Despesas Financeira		(58.084)	(76.322)
Resultado financeiro	19	<u>(54.541)</u>	<u>(75.748)</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>19.150</u>	<u>(10.905)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10b	(7.771)	3.070
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>11.379</u>	<u>(7.835)</u>
RESULTADO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO)		0,113	-0,078

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	11.379	(7.835)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>11.379</u>	<u>(7.835)</u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

		Capital social	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva Incentivos Fiscais	Lucro/ Prejuízo Acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2020	15	58.000	11.314	36.694	-	(69.020)	36.988
Constituição de reserva		-	-	17.046	-	-	17.046
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(7.835)	(7.835)
Em 31 de dezembro de 2021	15	58.000	11.314	53.740	-	(76.855)	46.199
Pagamento de dividendos		-	-	(47.250)	-	-	(47.250)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.379	11.379
Constituição de reserva legal		-	286	-	-	(286)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	-	8.653	(8.653)	-
Dividendos mínimos obrigatório		-	-	-	-	(18.474)	(18.474)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(6.514)	(6.514)
Em 31 de dezembro de 2022	15	<u>58.000</u>	<u>11.600</u>	<u>6.490</u>	<u>8.653</u>	<u>(99.403)</u>	<u>(14.660)</u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

TROPICALIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		11.379	(7.835)
Ajuste			
Depreciação e amortização	11	14.370	14.215
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		3.570	-
Baixa de Imobilizado		44	496
Rendimentos de títulos e valores mobiliários		(3.624)	(512)
Juros e atualização de debêntures e financiamentos	14	56.996	73.124
		<u>82.735</u>	<u>79.999</u>
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS			
Concessionárias e Permissionárias		(513)	(10.969)
Despesas antecipadas		(18)	749
Tributos Compensáveis		1.075	1.410
Tributos diferidos		3.944	(3.118)
Outros ativos		(888)	8
Fornecedores		(8.387)	571
Impostos e contribuições a recolher		(334)	1.674
Juros pagos	14	(26.508)	(12.243)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.577)	-
Outros passivos		1.172	636
		<u>48.701</u>	<u>58.717</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(2.158)	(42.131)
Aquisições de bens do ativo intangível		(216)	(8)
Reclassificação de bens do ativo imobilizado		1.352	-
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(291.947)	(190.744)
Resgate em títulos e valores mobiliários		292.205	174.149
		<u>(764)</u>	<u>(58.734)</u>
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Amortização de principal das debêntures		(675)	-
Pagamento de dividendos	15	(47.250)	-
		<u>(47.925)</u>	<u>-</u>
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		12	(17)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		8	25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO		<u>20</u>	<u>8</u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tropicália Transmissora de Energia S.A., (“TROPICÁLIA” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de Abril de 2016.

Em 28 de Outubro de 2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 245,1 km de extensão, foi utilizada a SPE Tropicália Transmissora de Energia S.A.

A Linha de Transmissão está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional - SIN. A linha atravessa 17 municípios: Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaíra, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Mutuípe, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções, todos no sul da Bahia.

A Linha aumentou a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país.

O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 do Edital da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 10 de Fevereiro de 2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047.

A concessionária é remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$ 76,7 milhões - base jul/16) será reajustada anualmente pelo IPCA, e sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano da concessão. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Companhia entrou em operação em janeiro de 2021 através do Termo de Liberação Definitivo – TLD emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e por meio da Resolução Homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020, anexo IV, ficou estabelecido, receitas anuais permitidas, no montante de R\$ 86.836. Em 02 de julho de 2021 foi emitida pela ANEEL Nota Técnica nº 149/2021 estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2021-2022 no valor de R\$ 95.431 (base Junho 2021). Em 21 de junho de 2022 através da Resolução Homologatória nº 3.050 expedida pela ANEEL, foi homologado a revisão tarifária e em 12 de julho de 2022 foi emitido pela ANEEL a Nota Técnica nº 102/2022 estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2022-2023 no valor de R\$ 104.936 (base Junho 2022).

2. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Companhia é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas serão reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrerá os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado pelo Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 933/2021 de 28 de maio de 2021.

“A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022”.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações financeiras estatutárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base tributária para apuração fiscal corrente, o valor dos dividendos e da reserva legal é o lucro apurado de acordo com as práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela diretoria em 30 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas na nota explicativa 3.1 à 3.10, nas páginas 9 a 12, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1. Imobilizado

4.1.1. *Imobilizado em Serviço*

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tornando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.1.2. *Imobilizado em curso*

A Concessionária agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso, transferindo para o Imobilizado em Serviço de acordo com Resolução vigente da ANEEL.

4.2. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

4.3. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Concessionária é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

4.4. Novas normas e interpretações não efetivas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 3 / CPC 15	A qualificação do reconhecimento dos ativos e passivos na data da aquisição devem atender as definições de ativos e passivos disposto no CPC 00 - Estrutura Conceitual do Relatório Financeiro.	01/01/2022
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2023:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 17 / CPC 50: Contratos de Seguros	Alterações decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro	01/01/2023
IAS 1 / CPC 26 e IFRS Practice Statements 2 – Making Material Judgements.	Divulgação das Políticas Contábeis	01/01/2023
IAS 8 / CPC 23	Definição das Estimativas Contábeis	01/01/2023

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

5.1. Perda (Impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram identificados pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de provisão para impairment tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros.

5.2. Reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado

Os investimentos realizados são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

6. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

6.1. Fatores de risco financeiro

a) *Risco de crédito*

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

No que concerne as contas a receber, a RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O ONS delega às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

b) *Risco de liquidez*

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

c) *Valorização dos instrumentos financeiros*

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

(ii) Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

6.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

6.3. Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2022	
	Valor Contábil	Valor Justo
<u>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u>		
Títulos e valores mobiliários	15.968	15.968
Depósito vinculado	29.202	29.202
	<u>45.170</u>	<u>45.170</u>
	Valor Contábil	Valor Justo
<u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalente de caixa	20	20
Contas a receber	11.482	11.482
	<u>11.502</u>	<u>11.502</u>

	Valor Contábil	Valor Justo
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	1.444	1.444
Debêntures	553.421	553.421
	<u>554.865</u>	<u>554.865</u>
	<u>31/12/2021</u>	
<u>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u>	Valor Contábil	Valor Justo
Títulos e valores mobiliários	16.838	16.838
Depósito vinculado	24.966	24.966
	<u>41.804</u>	<u>41.804</u>
	Valor Contábil	Valor Justo
<u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalente de caixa	8	8
Contas a receber	10.969	10.969
	<u>10.977</u>	<u>10.977</u>
	Valor Contábil	Valor Justo
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	9.830	9.830
Debêntures	523.608	523.608
	<u>533.438</u>	<u>533.438</u>

6.4. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

6.5. Análise de Sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2022					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
	Títulos e valores mobiliários	15.968	1.484	1.978	2.473
CDI %	Cauções vinculados	29.202	2.714	3.618	4.523
IPCA %	Debêntures	553.421	23.991	31.988	39.985

2021					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
	Títulos e Valores Mobiliários	16.838	561	748	935
CDI %	Cauções vinculados	24.966	831	1.109	1.386
IPCA %	Debêntures	523.608	39.506	52.675	65.844

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Circulante	31/12/2022	31/12/2021
Títulos e valores mobiliários	15.968	16.838
	<u>15.968</u>	<u>16.838</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Concessionárias e Permissionárias	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	10.976	10.849
Vencido	506	120
	<u>11.482</u>	<u>10.969</u>

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessárias ajuste a valor presente. A Companhia não possui provisão para perda esperada de crédito.

9. DEPÓSITO VINCULADO

Referem-se a aplicações financeiras (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de emissão de debêntures, com a finalidade de garantia real.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
Certificados de depósitos bancários	<u>12.908</u>	<u>11.123</u>
	<u>12.908</u>	<u>11.123</u>
Não Circulante		
Certificados de depósitos bancários	<u>16.294</u>	<u>13.843</u>
	<u>16.294</u>	<u>13.843</u>

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação de prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Composição do imposto de renda e contribuição social ativo diferido

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Diferido Ativo		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	430	3.347
Bases negativas de contribuição social	<u>219</u>	<u>1.246</u>
	<u>649</u>	<u>4.593</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	649	4.593

b) Efeitos no resultado

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	19.150	(10.905)
Juros sobre o capital próprio	<u>(6.514)</u>	<u>-</u>
	12.636	(10.905)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	4.296	(3.709)
Bônus e gratificações	241	36
Outros	115	603
Ajuste entre a contabilidade societária e regulatória	<u>11.772</u>	<u>-</u>
	16.424	(3.070)
Imposto de renda e Contribuição social – corrente	17.848	-
Imposto de renda e Contribuição social – diferido (a)	<u>(1.424)</u>	<u>(3.070)</u>
	16.424	(3.070)
Lucro de Exploração (b)	<u>(8.653)</u>	<u>-</u>
	<u>7.771</u>	<u>(3.070)</u>

(a) No exercício de 2021 teve prejuízo líquido de R\$ 7.835, não gerando base de cálculo para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar.

(b) A Companhia localizada na Bahia é titular de empreendimento na área de atuação da SUDENE, ao qual suas atividades pertencem aos setores da economia considerados como prioritário para o desenvolvimento regional, a Companhia usufrui do incentivo de redução de 75% do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica IRPJ e adicionais não restituíveis, na modalidade de implantação, que promove a fruição do benefício fiscal por 10 anos.

A Companhia iniciou o aproveitamento do benefício em 2022, tornando a vigência: 01/01/2022 a 31/12/2031 sobre 100% da capacidade instalada.

11. IMOBILIZADO

<i>Custo</i> <i>Em milhares de Reais</i>	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Edificações direito de uso	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	276	-	151	126	-	488.911	489.464
Adições	7.208	-	-	-	101	-	41.496	48.805
Baixa	-	-	(458)	-	-	-	(39)	(497)
Transferência	7.742	1.454	514.481	-	(62)	-	(523.615)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>14.950</u>	<u>1.730</u>	<u>514.023</u>	<u>151</u>	<u>165</u>	<u>-</u>	<u>6.753</u>	<u>537.772</u>
Adições	-	539	248	-	212	631	528	2.158
Baixa	-	(276)	-	-	(16)	-	(33)	(325)
Transferência	-	-	95	-	-	-	(95)	-
Reclassificação	(546)	-	(805)	-	-	-	-	(1.351)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>14.404</u>	<u>1.993</u>	<u>513.561</u>	<u>151</u>	<u>361</u>	<u>631</u>	<u>7.153</u>	<u>538.254</u>
<i>Depreciação acumulada</i> <i>Em milhares de Reais</i>	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Edificações direito de uso	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro 2020	-	283	-	45	29	-	-	357
Depreciação	-	47	14.143	9	5	-	-	14.194
Saldo em 31 dezembro de 2021	-	330	14.143	54	24	-	-	14.551
Depreciação	-	215	14.121	22	7	126	-	14.061
Saldo em 31 dezembro de 2022	-	<u>115</u>	<u>28.264</u>	<u>76</u>	<u>31</u>	<u>126</u>	<u>-</u>	<u>28.612</u>
<i>Valor contábil líquido</i>								
Em 31 de dezembro de 2020	-	7	-	106	97	-	488.911	489.107
Em 31 de dezembro de 2021	14.950	1.400	499.880	97	141	-	6.753	523.221
Em 31 de dezembro de 2022	14.404	1.878	485.297	75	330	505	7.153	509.642

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações sejam depositadas em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

12. INTANGÍVEL

<i>Em milhares de Reais</i>	<u>Servidão</u>	<u>Software</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.672	93	8	6.773
Adições	-	8	-	8
Transferência	-	8	(8)	-
Baixa	(6.672)	-	-	(6.672)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	109	-	109
Adições	145	71	-	216
Saldo em 31 de dezembro de 2022	145	180	-	325
<i>Em milhares de Reais</i>	<u>Servidão</u>	<u>Software</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro 2020	-	(31)	-	(31)
Amortização	-	(21)	-	(21)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(52)	-	(52)
Amortização	-	(23)	-	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(75)	-	(75)
Valor contábil líquido				
Em 31 de dezembro de 2020	6.672	62	8	6.742
Em 31 de dezembro de 2021	-	57	-	57
Em 31 de dezembro de 2022	145	105	-	250

13. FORNECEDORES

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Sae Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda	-	2.145
Siemens Ltda	-	6.489
Dossel	355	654
Avalicon	289	-
Cotesa	242	-
Hpe Automotores	242	-
Outros	316	542
	<u>1.444</u>	<u>9.830</u>

14. DEBÊNTURES

Em julho de 2019 a Companhia assinou um mandato com o Banco Santander do Brasil S/A para coordenar a emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 407.000 mil, em regime de garantia firme de colocação para captação de recursos no mercado de capitais local.

- Prazo: 24 anos (até agosto de 2043)
- Custo: IPCA + 5,0921%.
- Carência: 36 meses (até agosto de 2022)
- Juros apurados semestralmente - 1º Pagamento em agosto de 2021
- Amortização e juros exigíveis semestralmente após a carência

<u>Moeda Nacional</u>	<u>Taxa anual de juros a.a.</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Debêntures	IPCA + 5,0921%	<u>553.421</u>	<u>523.608</u>
Principal		407.000	407.000
Juros		146.421	116.608
Passivo circulante		12.973	10.355
Passivo não circulante		540.448	513.253

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

<u>Debêntures</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Aquisição</u>			<u>Amortização</u>		<u>31/12/2022</u>
		<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Atualização Monetária</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	
Debêntures	539.232	-	26.255	29.067	(656)	(25.740)	568.158
Custos de captação incorridos na captação	(15.624)	-	806	868	(19)	(768)	(14.737)
Total:	<u>523.608</u>	<u>-</u>	<u>27.061</u>	<u>29.935</u>	<u>(675)</u>	<u>(26.508)</u>	<u>553.421</u>

Os vencimentos das parcelas do não circulante são as seguintes:

<u>Vencimentos</u>	<u>2022</u>
2024	3.053
2025	3.052
2026	4.070
Após 2026	<u>530.273</u>
	<u>540.448</u>

Garantias concedidas

- Fiança Bancária para 100% da dívida até completion
- Garantias de Projeto: Ações da SPE + Direitos Creditórios / Emergentes da Concessão

Covenants financeiros

Devido a essas debêntures, a Companhia fica obrigada a cumprir o seguinte índice:

- O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com a base no EBTIDA nas demonstrações financeiras regulatórias.

Todas as cláusulas restritivas requeridas estão sendo atendidas.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$58.000 (cinquenta e oito milhões de reais), representados por 101.000.500 ações ordinárias sem valor nominal. No dia 26 de março de 2021, houve transferências das ações, resultando em um único acionista, conforme Livro de Registro de Ações Passando a ser apresentado da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação %</u>
BTG Pactual Infraestrutura Dividendos Fundo de Invest.Particip. Infraestrutura	<u>58.000</u>	100
	<u><u>58.000</u></u>	<u>100</u>

b) Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% serão distribuídos como dividendos obrigatórios.
- O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

c) Reserva de lucros

A reserva de lucros tem a seguinte composição: reserva legal, reserva de incentivos fiscais e reserva especial.

Reserva Legal

A constituição da reserva legal é obrigatória como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A destinação concernente a reserva legal em 2022 foi no valor de R\$ 286, atingindo o percentual de 20% do capital social, conforme determina a Lei 6.404/76, art. 193.

Reserva de Incentivos Fiscais

A reserva de incentivos fiscais é concernente ao incentivo fiscal do imposto de renda sobre o resultado auferido da exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, concedido pela SUDENE. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada na demonstração do resultado e submetidas à Assembleia Geral para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas no respectivo laudo constitutivo e na legislação fiscal vigente.

Reserva Especial

De acordo com a Lei 6.404/76, § 4º do art. 202 o dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Concernentes ao pagamento dos dividendos mínimo obrigatório dos exercícios de 2019 e 2020, foram realizadas as seguintes deliberações:

Reunião do Conselho de Administração de 23 de março de 2022 deliberando a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 22.000.

Reunião do Conselho de Administração de 12 de julho de 2022 deliberando a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 14.250.

Reunião do Conselho de Administração de 18 de outubro de 2022 deliberando a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 11.000.

Concernentes a reversões dos provisionamentos dos dividendos mínimos obrigatórios foram realizadas as seguintes deliberações:

Assembleia Geral Ordinária de 13 de abril de 2021 deliberando a reversão do valor de R\$ 17.046 dos dividendos mínimos obrigatórios de 2020.

Esses dividendos não eram compatíveis com a situação financeira da Companhia.

d) Dividendos propostos e Juros sobre capital próprio

No exercício de 2022, foi constituído dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 18.474. No exercício de 2021, a Companhia não constituiu dividendos, visto que apurou prejuízo no exercício.

Os juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados.

No exercício de 2022, foi constituído Juros sobre capital próprio no valor de R\$ 6.514.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de Encargos de Transmissão	104.557	93.813
Outras receitas	5.526	3.476
Total da receita bruta	<u>110.083</u>	<u>98.289</u>
(-) Pis/COFINS	(10.183)	(8.999)
(-) Encargo setorial	(1.373)	(1.226)
Total da receita líquida	<u>98.527</u>	<u>87.064</u>

- Receita de encargos de transmissão: refere-se ao faturamento da Receita Anual Permitida (RAP), reconhecida através dos AVCs disponibilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS.
- Outras receitas: proveniente de valor não arrecadado na apuração mensal dos serviços e encargos a título de Encargos de Uso dos Sistemas de Transmissão, em função dos descontos incidentes sobre as tarifas de que trata a Resolução Normativa nº 77.

17. CUSTOS SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pessoal	(839)	(139)
Administradores	-	(65)
Material	(225)	(187)
Serviços de terceiros	(4.842)	(4.015)
Depreciação	(14.161)	(14.188)
Aluguéis	(189)	(182)
Seguros	(130)	(131)
Impostos e Taxas	(68)	(102)
	<u>(20.454)</u>	<u>(19.009)</u>

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pessoal	(1.796)	(894)
Administradores	(747)	(1.165)
Material	(104)	(66)
Serviços de terceiros	(1.349)	(902)
Depreciação	(210)	(27)
Aluguéis	(148)	(144)
Impostos e taxas	(28)	(15)
	<u>(4.382)</u>	<u>(3.213)</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(240)	(205)
Juros e Atualização s/ Debêntures	(56.996)	(73.124)
Outras despesas financeiras	(848)	(2.993)
	<u>(58.084)</u>	<u>(76.322)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	3.462	512
Outras receitas financeiras	81	62
	<u>3.543</u>	<u>574</u>
	<u>(54.541)</u>	<u>(75.748)</u>

20. MEIO AMBIENTE

A Companhia obteve Licença Ambiental necessária para iniciar as suas operações. Conforme destacadas abaixo:

- a Licença Operação (LO) emitida pelo IBAMA em janeiro de 2022.

21. SEGUROS

Em dezembro de 2022, a cobertura de seguros era composta de:

<u>Risco</u>	<u>Apólice</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade Civil	28.522.021.002.103.500.000.000	01/01/2022 a 01/01/2023	R\$ 10.000
Riscos Operacionais	46.692.020.100.101.100.000.000	01/01/2022 a 01/01/2023	R\$ 21.230
Veículo	8.769.900.244.059.900	15/01/2022 a 15/01/2023	100% FIPE
Veículo	8.769.900.244.060.340	04/02/2022 a 04/02/2023	100% FIPE

22. HONORÁRIO DOS ADMINISTRADORES

O total pago, no exercício de 2022 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$ 653 e em 2021 o montante foi de R\$ 625.

23. CONTINGÊNCIAS

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.	Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações Financeiras.

Em 31 dezembro de 2022, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável.

A Companhia possui contingências com risco de possíveis:

Causas administrativas ambientais perante IBAMA por supostamente deixar de atender as condicionantes específicas da Licença de Instalação da Linha de Transmissão, bem como, da ASV – Autorização de Supressão e Vegetação, que somam o valor de R\$ 457. Em 31 de dezembro de 2022 não foi registrada provisão de contingências decorrente deste processo.

24. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador, apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	20	-	20	8	-	8
Títulos e Valores Mobiliários	15.968	-	15.968	16.838	-	16.838
Concessionárias e Permissionárias	11.482	-	11.482	10.969	-	10.969
Despesas antecipadas	19	-	19	1	-	1
Tributos Compensáveis	1.385	-	1.385	2.460	-	2.460
Cauções vinculados	12.908	-	12.908	11.123	(1)	11.122
Outros ativos	405	-	405	31	-	31
Concessão do serviço público (ativo contratual)	-	90.490	90.490	-	82.109	82.109
	<u>42.187</u>	<u>90.490</u>	<u>132.677</u>	<u>41.430</u>	<u>82.108</u>	<u>123.538</u>

	31/12/2022			31/12/2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Concessão do serviço público (ativo contratual)	-	876.628	876.628	-	809.574	809.574
Cauções vinculados	16.294	-	16.294	13.843	(1)	13.842
Depósitos judiciais	514	-	514	-	-	-
Tributos diferidos	649	(649)	-	4.593	(4.593)	-
Outros ativos	45	-	45	45	(1)	44
Imobilizado	509.642	(507.921)	1.721	523.221	(523.061)	160
Intangível	250	(146)	104	57	-	57
	<u>527.394</u>	<u>367.912</u>	<u>895.306</u>	<u>541.759</u>	<u>281.918</u>	<u>823.677</u>
Total do ativo	<u>569.581</u>	<u>458.402</u>	<u>1.027.983</u>	<u>583.189</u>	<u>364.026</u>	<u>947.215</u>

	31/12/2022			31/12/2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores	1.444	-	1.444	9.830	-	9.830
Impostos e contribuições a recolher	2.012	-	2.012	2.347	(1)	2.346
Dividendos	24.988	-	24.988	-	-	-
Debêntures	12.973	-	2.973	10.355	-	10.355
Outros passivos	1.130	1	1.131	622	(1)	621
Encargos Setoriais	671	-	671	583	-	583
Arrendamento imobiliário	109	-	109	-	-	-
	<u>43.327</u>	<u>1</u>	<u>43.328</u>	<u>23.737</u>	<u>(2)</u>	<u>23.735</u>
Não circulante						
Tributos Diferidos	-	143.061	143.061	-	120.143	120.143
Debêntures	540.448	-	540.448	513.253	-	513.253
Arrendamento imobiliário	466	-	466	-	-	-
	<u>540.914</u>	<u>143.061</u>	<u>683.975</u>	<u>513.253</u>	<u>120.143</u>	<u>633.396</u>
Patrimônio líquido						
Capital social	58.000	-	58.000	58.000	-	58.000
Reserva Legal	11.600	-	11.600	11.314	-	11.314
Prejuízo Acumulados	(99.403)	99.403	-	(76.855)	76.855	-
Reserva Especial	6.490	-	6.490	53.740	-	53.740
Reserva de Incentivos Fiscais	8.653	-	8.653	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	15.937	215.937	-	167.030	167.030
	<u>(14.660)</u>	<u>315.340</u>	<u>300.680</u>	<u>46.199</u>	<u>243.885</u>	<u>290.084</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>569.581</u>	<u>458.402</u>	<u>1.027.983</u>	<u>583.189</u>	<u>364.026</u>	<u>947.215</u>

	31/12/2022			31/12/2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações Continuadas						
Receita líquida	98.527	75.433	173.960	87.064	35.901	122.965
Custo sobre serviços prestados	(20.454)	14.995	(5.459)	(19.008)	(27.811)	(46.819)
Lucro bruto	<u>78.073</u>	<u>90.428</u>	<u>168.501</u>	<u>68.056</u>	<u>8.090</u>	<u>76.146</u>
Despesas gerais e administrativas	(4.382)	1	(4.381)	(3.213)	(3)	(3.216)
Resultado operacional	<u>73.691</u>	<u>90.429</u>	<u>164.120</u>	<u>64.843</u>	<u>8.087</u>	<u>72.930</u>
Receita Financeira	3.543	-	3.543	574	-	574
Despesas Financeira	(58.084)	-	(58.084)	(76.322)	458	(75.864)
Resultado financeiro	<u>(54.541)</u>	<u>-</u>	<u>(54.541)</u>	<u>(75.748)</u>	<u>458</u>	<u>(75.290)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<u>19.150</u>	<u>90.429</u>	<u>109.579</u>	<u>(10.905)</u>	<u>8.545</u>	<u>(2.360)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(7.771)	(18.974)	(26.745)	3.070	(2.311)	759
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	<u>11.379</u>	<u>71.455</u>	<u>82.834</u>	<u>(7.835)</u>	<u>6.234</u>	<u>(1.601)</u>

	31/12/2022			31/12/2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	11.379	71.455	82.834	(7.835)	6.234	(1.601)
Ajuste						
Depreciação e amortização	14.370	(14.154)	216	14.215	(14.185)	30
Imposto de Renda e Contribuição Social						
diferidos e correntes	3.570	22.925	26.495	-	(808)	(808)
Baixa de Imobilizado	44	(9)	35	496	(496)	-
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(3.624)	-	(3.624)	(512)	-	(512)
Juros e Atualização sobre Debêntures e						
Financiamentos	56.996	-	56.996	73.124	-	73.124
Remuneração e Margem de Ativo de						
Contrato	-	(155.860)	(155.860)	-	(66.385)	(66.385)
	<u>82.735</u>	<u>(75.643)</u>	<u>7.092</u>	<u>79.488</u>	<u>(75.640)</u>	<u>3.848</u>
Variações nos ativos e passivos						
Concessionárias e Permissionárias	(513)	-	(513)	(10.969)	-	(10.969)
Ativo de Contrato	-	80.425	80.425	-	72.161	72.161
Despesas antecipadas	(18)	-	(18)	749	-	749
Tributos Compensáveis	1.075	-	1.075	1.410	1	1.411
Tributos diferidos	3.944	(3.944)	-	(3.118)	3.118	-
Outros ativos	(888)	-	(888)	8	1	9
Fornecedores	(8.387)	-	(8.387)	571	-	571
Impostos e contribuições a recolher	(334)	-	(334)	1.674	(1)	1.673
Juros pagos	(26.508)	-	(26.508)	(12.243)	-	(12.243)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.577)	-	(3.577)	-	-	-
Outros passivos	1.172	-	1.172	636	(1)	635
Caixa líquido proveniente das atividades						
operacionais	<u>48.701</u>	<u>838</u>	<u>49.539</u>	<u>58.206</u>	<u>(361)</u>	<u>57.845</u>
Fluxos de caixa das atividades de						
investimentos						
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(2.158)	297	(1.861)	(42.131)	42.027	(104)
Aquisições de ativo financeiro da concessão	-	-	-	-	(41.675)	(41.675)
Aquisições de bens do ativo intangível	(216)	216	-	(8)	8	-
Reclassificação de bens do ativo imobilizado	1.352	(1.352)	-	-	-	-
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(291.947)	1	(291.946)	(190.744)	-	(190.744)
Resgate em títulos e valores mobiliários	292.205	1	292.206	174.660	1	174.661
Caixa líquido provenientes das atividades de						
investimentos	<u>(764)</u>	<u>(837)</u>	<u>(1.601)</u>	<u>(58.223)</u>	<u>361</u>	<u>(57.862)</u>
Fluxo de caixa das atividades de						
financiamentos						
Amortização de principal das debentures	(675)	-	(675)	-	-	-
Pagamento de dividendos	(47.250)	-	(47.250)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de						
financiamentos	<u>(47.925)</u>	<u>-</u>	<u>(47.925)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	12	-	12	(17)	-	(17)
Caixa e equivalentes de caixa no início do						
exercício	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>8</u>	<u>25</u>	<u>-</u>	<u>25</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do						
exercício	<u>20</u>	<u>-</u>	<u>20</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>8</u>

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

(i) Ativo de contrato e ativo financeiro

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

(ii) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste 24 os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

(iii) Receita operacional bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de remuneração do ativo de contrato, operação e manutenção e ganho na RAP, decorrentes da aplicação do CPC 47.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
 - Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.
-

* * *

Rosane Cristina Marques de Souza
Diretora

Gliciana dos Santos Lima Alcantara
Contadora
CRC 116761/O-0